

AVALIAÇÃO SOBRE O CONHECIMENTO E UTILIZAÇÃO DOS MEDICAMENTOS GENÉRICOS POR ACADÊMICOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR.

ELIANE APARECIDA CAMPESATTO MELLA¹, MICHELE CRISTINA VENDRAMETTO², SIDNEY EDSON MELLA JUNIOR³, JOSÉ GONÇALVES VICENTE⁴

1. Farmacêutica, mestre e doutoranda em Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR); docente responsável pela disciplina de Farmacologia nos Cursos de Farmácia e Odontologia do Centro Universitário de Maringá (CESUMAR-PR); coordenadora e docente do curso de Especialização em Farmacologia para profissionais da área de saúde do Centro Universitário de Maringá.

2. Acadêmica do curso de Farmácia e Bioquímica do Centro Universitário de Maringá (CESUMAR-PR)

3. Farmacêutico, especialista em Farmacologia, mestrando em Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR); professor de Estágio de Dispensação em Farmácia e Imunologia Clínica da Universidade Paranaense.

4. Mestre, professor da disciplina de Estatística do Centro Universitário de Maringá (CESUMAR)

CESUMAR- Centro Universitário de Maringá

Avenida Guedner, 1610 - Jardim Aclimação - CEP: 87050-390 - Maringá-PR - Fone: (0xx44)-227-6360 - Ramal:138 - Correspondência para E-mail: eliane@cesumar.br

INTRODUÇÃO

De acordo com a Resolução nº 10, de dois de janeiro de 2001, medicamentos genéricos são aqueles

que contêm o mesmo fármaco, na mesma dose, forma farmacêutica, indicação e via de administração de seu referente de marca, cujo prazo de proteção patentária expirou. A diferença entre os dois está na nomenclatura,

pois os genéricos levam o nome do princípio ativo do medicamento, e o de marca adota o nome comercial.

Estes medicamentos deverão passar por testes de bioequivalência e biodisponibilidade, tendo assim uma garantia de que possuem o mesmo valor terapêutico de um medicamento de marca. Os testes de bioequivalência e biodisponibilidade são feitos nos laboratórios credenciados. Para cada produto testado, a empresa gasta até 100 mil dólares. No Brasil, existem mais de 20 laboratórios preparados para realizar os testes, na maioria laboratórios de universidades (SANTOS, 2000).

Segundo Barros (1997) e Lyra Jr (1997), no Brasil, apenas 23% da população têm acesso aos medicamentos e esta pequena parcela está sujeita a muitos problemas. O surgimento dos medicamentos genéricos se deu devido a esta dificuldade, trazendo esperanças ao quadro desanimador da saúde brasileira (SANTOS, 2000). A consolidação do mercado de genéricos, no Brasil, representa importante estratégia governamental, uma vez que significará maior acesso da população aos medicamentos (VALENTE & STORPIRTIS, 2001).

O projeto de Lei 2.022/91, propondo a adoção do nome genérico foi sancionado, no dia dez de fevereiro, como Lei 9.787/99 pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, e teve alguns dos seus aspectos discutidos pela Vigilância Sanitária, Conselho Federal de Farmácia e Conselho Federal de Medicina, como exemplo, os critérios para se realizar as provas de biodisponibilidade e outros assuntos.

Em setembro de 2000, foi criada a Gerência Geral de Medicamentos Genéricos (GGMEG-Anvisa), visando a concentrar as ações necessárias para otimizar a implementação dos medicamentos genéricos em relação ao aumento de sua oferta no mercado (STORPIRTIS et al., 2001).

Criou-se também regras para a diferenciação entre o medicamento genérico e o seu referente de marca. A resolução 510, de 01 de outubro de 1999, diz que os genéricos deverão estampar em suas embalagens somente o nome do princípio ativo, seguido da frase 'Medicamento Genérico da Lei 9.787/99'. Como outra forma de distinguir os genéricos, a resolução 47, de março de 2001, torna obrigatória a adoção, nas embalagens externas dos genéricos, do "G" que identifica o medicamento genérico, impresso dentro de uma faixa amarela com localização e características devidamente especificadas pela Anvisa.

Outro detalhe importante da Lei dos genéricos é o fato de que os farmacêuticos estão aptos a fazer a troca entre um medicamento de marca por um genérico. Segundo a Resolução 391/99, item 6, alínea c, "No caso de o profissional prescriptor decidir pela não intercambialidade, esta manifestação deverá ser feita de maneira clara, inequívoca e de próprio punho, não sendo permitida a impressão, colagem, carimbo ou qualquer outra forma".

De acordo com Santos (2000), para os farmacêuticos, os genéricos trarão de volta o verdadeiro profissional, pois a intercambialidade não é um mero gesto de levantar o braço na prateleira e trocar um produto por outro, mas ela requer assistência farmacêutica. É o mo-

mento em que o farmacêutico dialoga com o usuário do medicamento, com o objetivo de orientá-lo sobre o produto que está adquirindo.

Na opinião de Serra (2001), a dificuldade é que muitos médicos ainda não receitam os genéricos e o paciente não sabe da possibilidade de se utilizá-lo. Para que esta política seja bem sucedida, torna-se imprescindível a participação destes profissionais, pois além da prescrição, estes podem disseminar informações corretas sobre os medicamentos genéricos a população.

Segundo Santos (2000), a sociedade também é exigida com a política dos genéricos. Exige-se que ela aprenda para se defender e cobrar seus direitos. Os benefícios que os genéricos trazem devem ser divulgados, pois aumentam as chances da população realizar o tratamento farmacológico completo.

Os laboratórios não são obrigados a produzir os genéricos, mas, de acordo com Serra (2000), as farmácias são obrigadas a oferecê-los e poderão fechar, se não os tiverem. Para ele, existe má vontade por parte dos laboratórios e grandes redes de farmácia em produzir e comercializar genéricos.

Ele suspeita de um boicote por parte do estabelecimentos, devido à pequena quantidade desses produtos nas prateleiras de farmácias e drogarias. No entanto, parece haver laboratórios e indústrias interessadas em produzir genéricos. Em Goiás, 13 indústrias já estão instaladas e em fase de ampliação. São elas a Teuto, Nequímica, Vitapan entre outras (Brandão, 2000).

Uma pesquisa realizada, em abril de 2000, pelo Ministério da Saúde, mostrou que 90% dos brasileiros já ouviram falar dos genéricos, 77% sabem que eles têm a mesma fórmula do seu correspondente de marca, 71% acreditam que eles possuem a mesma qualidade do medicamento que copiam e 67% disseram que eles são mais baratos que os produtos de marca. São indícios de que as transformações trazidas pelos genéricos serão mais rápidas, no Brasil, do que foram em outros países.

Contudo, faz-se necessário avaliar o conhecimento dos acadêmicos sobre os genéricos, já que trata-se de uma população privilegiada, que tem acesso a muitas das informações ignoradas pela população em geral.

MÉTODOS

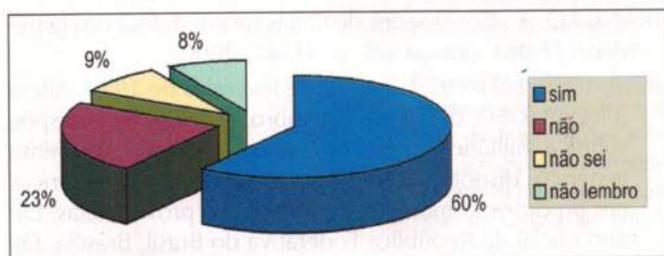
A pesquisa foi realizada no Centro Universitário de Maringá (Cesumar), na cidade de Maringá, Estado do Paraná, junto a 209 acadêmicos da instituição, no período de agosto de 2001 a outubro do mesmo ano, para avaliar o conhecimento dos mesmos sobre os genéricos. Para tal, foi elaborado um instrumento de avaliação, contendo nove questões fechadas e uma questão aberta.

As questões abrangeram dados pessoais, como idade, sexo e ainda dados relacionados à compra de genéricos pelos acadêmicos, prescrição do genérico pelo médico, troca feita pelo farmacêutico, composição do genéricos, entre outros. Para distribuição estatisticamente válida, foram escolhidos três cursos de cada turno, tomando o cuidado de abranger todas as áreas e turmas da instituição. A análise dos resultados foi feita por correlações de variáveis.

RESULTADOS

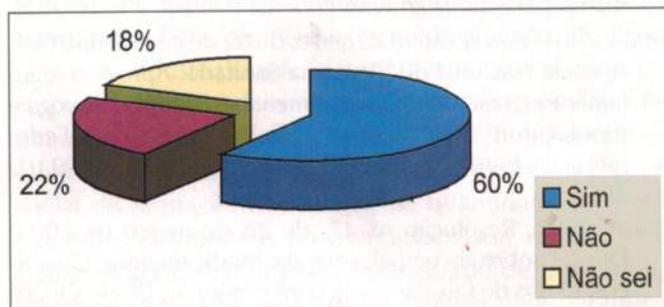
Foram aplicados questionários a 209 acadêmicos das mais diversas áreas. Deste total, 60% já haviam comprado medicamento genérico, 23% dos entrevistados nunca tinham comprado um genérico e o restante (17%) não sabiam ou não lembravam (Fig. 1).

FIGURA 1: Utilização de medicamentos genéricos pelos entrevistados.



Quanto à troca de um medicamento de marca por um genérico, cerca de 60% dos entrevistados responderam que confiariam no farmacêutico para fazer a troca, enquanto 22% não trocariam o medicamento prescrito pelo médico por um genérico proposto pelo farmacêutico (Fig.2).

FIGURA 2: Confiança na troca de medicamento pelo farmacêutico



No que diz respeito à prescrição pelo médico, 64% diz nunca ter comprado um medicamento genérico indicado por seu médico (Fig. 3). No entanto, a grande maioria da população entrevistada (76%) sabe que os genéricos são iguais aos medicamentos de referência e possuem a mesma ação farmacológica (Fig.4).

FIGURA 3: Prescrição de medicamentos genéricos pelo médico.

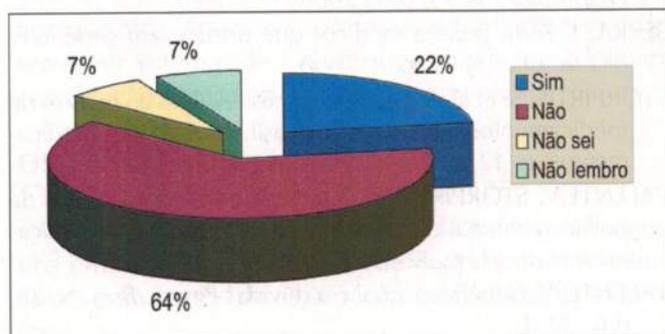
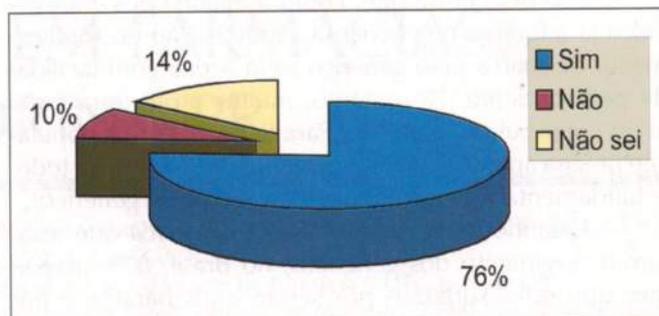
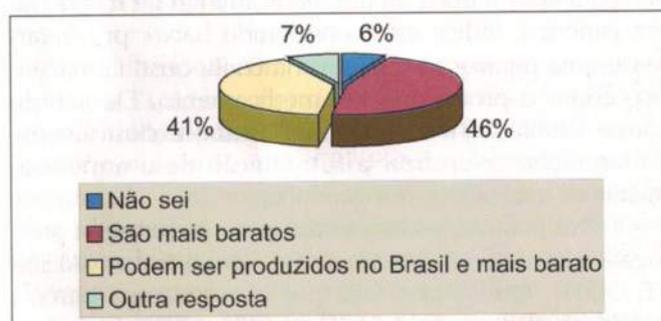


FIGURA 4: Credibilidade dos genéricos em relação aos medicamentos de marca



E, por fim, constatou-se que grande parte dos entrevistados acha que os medicamentos genéricos surgiram, porque são mais baratos (46%) e por que são mais baratos e podem ser produzidos, no Brasil (41%).

FIGURA 5: Surgimento dos genéricos



DISCUSSÃO:

De acordo com os resultados apresentados, percebe-se que há um amplo conhecimento sobre medicamentos genéricos pelos universitários, mostrando que as campanhas de divulgação atingiram os seus objetivos na população com nível terciário de instrução. Apesar de na pesquisa não terem sido mencionados os conceitos de biodisponibilidade e bioequivalência, 76% dos entrevistados consideram o medicamento genérico igual ao medicamento de marca.

Segundo Barbosa (1999), o usuário de medicamento está mais informado e começa a entender que o que cura não é a marca, mas o princípio ativo. A porcentagem de entrevistados que já compraram medicamentos genéricos é igualmente alta (60%), mostrando que na população com melhor instrução, já está sendo quebrado o estigma da "troca do medicamento", e que a confiança da população no genérico vem se consolidando.

De acordo com Valente (2001), o consumidor está cobrando, cada vez mais, a disponibilidade do genérico nas farmácias e não comprará nos estabelecimentos que não os tiverem à disposição da população.

A grande barreira atual para a consolidação do genérico parece ser a não integração da classe médica à implantação desta política. De acordo com os nossos resultados, 64% dos entrevistados nunca tiveram uma prescrição de medicamentos genéricos feita por seu

médico, enquanto 22% já tiveram medicamentos genéricos em sua prescrição.

Isso demonstra que, como a maioria dos entrevistados já adquiriram genéricos, a substituição do medicamento de marca pelo genérico seria aceita com facilidade pelo paciente. No entanto, muitos profissionais não estão contribuindo para isto. Para Serra (2000), a população precisa aprender gradativamente, mas, acima de tudo, é fundamental que os médicos receitem os genéricos.

Quando questionada sobre os motivos que levaram o surgimento dos genéricos, no Brasil, 87% acreditam que estes surgiram por serem mais baratos e por serem produzidos, no Brasil. Podemos observar que, além da população conhecer e comprar os genéricos, esta sabe que o preço do medicamento genérico é bem menor que o medicamento de marca, mostrando, mais uma vez, que os entrevistados estão bem informados a respeito do assunto.

O que mais chama a atenção neste estudo é que somente 60% dos entrevistados confiariam no farmacêutico para fazer a troca de um medicamento de marca por um genérico, índice este considerado baixo, por tratar-se de uma população que deveria conhecer o farmacêutico como o profissional do medicamento. De acordo com a Resolução nº 10, de 2001, cabe exclusivamente ao farmacêutico realizar a substituição de um medicamento de marca por um genérico.

No entanto, muitos ainda desconhecem essa prerrogativa legal ou ainda temem em fazer a troca (VALENTE, 2001). Quem sabe seja por isto que uma parcela considerável da população não confie no farmacêutico, pois se nem ele mesmo conhece sobre o assunto, não conseguirá prestar assistência ao paciente. Contudo, há um fato triste que não podemos ignorar: muitas farmácias ainda não mantêm o farmacêutico, durante o seu período de funcionamento, ficando nas mãos de balconistas, que são leigos no assunto e que, muitas vezes, são confundidos por farmacêuticos. Estes não têm interesse nenhum em informar a população sobre os genéricos.

O fato é que o farmacêutico é o maior autoridade no que diz respeito ao medicamento e portanto profissional mais indicado a fornecer informações sobre os genéricos. Contudo, precisa continuar mostrando à sociedade que desempenha esta função com extremo conhecimento e responsabilidade.

CONCLUSÃO

Com base nos resultados desta pesquisa, chegaram-se às seguintes conclusões:

1. A maioria dos entrevistados não só conhece os genéricos como já os utilizou e sabe que estes têm a mesma composição dos medicamentos de marca.
2. O principal empecilho para a utilização dos genéricos parece partir dos médicos, que ainda resistem em prescrever estes medicamentos. No entanto, esta resistência pode durar pouco, já que a população sabe que estes são mais baratos e totalmente confiáveis.
3. O farmacêutico precisa continuar trabalhando para mostrar a sua importância como profissional e conquistar definitivamente a confiança da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, A.. Usuário do medicamento está mais informado. *Pharm. Bras.* n. 16, p. 31-32, 1999.
- BARROS, J.A.C. A Atuação dos balconistas em farmácia. *Jor.Bras.Med.*, São Paulo, v.73, n.2, p.120-124, 1997.
- BRANDÃO, A. Governador de Goiás sai em defesa dos genéricos. *Pharm. Bras.* n. 23, p. 46-47, 2000.
- Brasil, 1999. Lei nº 9797, de 10 de fevereiro de 1999. Altera a lei nº 6360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF Seção 1 11/02/1999.
- Brasil, 1999. Resolução ANVS nº 391, de 09 de agosto de 1999, republicada DOU 19 de outubro de 1999, revogada pela resolução 10/01. Aprova o regulamento técnico para medicamentos genéricos.
- Brasil, 1999. Resolução ANVS nº 510, de 01 de outubro de 1999, republicada DOUE 18 de novembro de 1999, revogada pela resolução nº 92/00. Complementa as disposições sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos. Dispõe sobre a forma de encaminhamento da petição de alteração de medicamentos similar sem marca para medicamento genérico.
- Brasil, 2001. Resolução RDC nº 10, de 02 de janeiro de 2001. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Aprova o regulamento técnico para medicamentos genéricos. Revoga a Resolução nº 391/99. Diário Oficial da República Federativa do Brasil Brasília, DF Seção 1 p 18-19 de 09/01/2001.
- Brasil, 2001. Resolução nº 47, de 28 de março de 2001. Dispõe sobre as embalagens de Medicamentos Genéricos. O uso de faixa amarela para genéricos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil Brasília, DF Seção 1 pp 20-32 de 05/04/2001.
- LYRA JÚNIOR, D.P. et al. Política de farmacovigilância na atenção farmacêutica. In: CONGRESSO CIENTÍFICO BRASILEIRO DOS ESTUDANTES DE FARMÁCIA, 4, Recife, 1997, Tese., Recife:UFPE, 1997, p.30-42.
- SANTOS, J. S. O que nos ensinam os genéricos. *Pharm. Bras.* n. 19, p. 3, 2000.
- SANTOS, J. S. A assistência farmacêutica no Brasil. *Pharm. Bras.* n. 19, p. 27-29, 2000.
- SERRA, J. Farmácia pode fechar se não vender genéricos. *Pharm. Bras.* n. 19, p. 7, 2000.
- SERRA, J. Serra pede a médicos que prescrevam genéricos. *Pharm. Bras.* n. 19, p. 8, 2000.
- STORPIRTIS, S; et al. Aspectos técnicos relativos ao registro de medicamentos genéricos no Brasil. *Fármacos & Medicamentos.* n. 12, p. 28-33, 2001.
- VALENTE,V; STORPIRTIS, S. Estratégia para consolidação da política nacional de medicamentos. *Fármacos & Medicamentos.* n. 11, p. 32-33, 2001.
- VALENTE, V. Genéricos: qual é a dúvida? *Pharm. Bras.* N. 28, p.6, 2001.